



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – Unesp Bauru

Departamento de Comunicação Social

Graduação em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo

Gabriella Soares dos Santos, RA: 151030171

Maria Clara Novais, RA: 151033099

SUBVERSO

UMA EXPERIÊNCIA EM JORNALISMO ESPECIALIZADO E CREDIBILIDADE

BAURU

2019

Gabriella Soares dos Santos, RA: 151030171

Maria Clara Novais, RA: 151033099

SUBVERSO

Uma experiência em jornalismo especializado e credibilidade

Memorial de Projeto Experimental apresentado em cumprimento parcial às exigências do Curso de Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, da Universidade Estadual Paulista — Júlio de Mesquita Filho, para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo.

Orientador do Projeto Experimental: Prof^a. Dr^a.
Angela Maria Grossi.

BAURU

2019

Gabriella Soares dos Santos, RA: 151030171

Maria Clara Novais, RA: 151033099

SUBVERSO

Uma experiência em jornalismo especializado e credibilidade

Memorial de Projeto Experimental apresentado em cumprimento parcial às exigências do Curso de Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, da Universidade Estadual Paulista — Júlio de Mesquita Filho, para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo.

Orientador do Projeto Experimental: Prof^a. Dr^a.
Angela Maria Grossi.

Bauru, __/__/____

Amanda Audi

(Membro externo da banca examinadora)

Prof. Dr. Francisco Rolfsen Belda

(Membro interno da banca examinadora)

Prof^a. Dr^a. Angela Maria Grossi

(Organizadora e presidente da banca)

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à nossas famílias por todo o sacrifício e investimento, emocional e financeiro, durante esses quatro anos de graduação. Obrigada também por todos os anos de dedicação, amor e apoio, que nos permitiu chegar até aqui. Ainda mais por sermos as primeiras pessoas de cada família a conquistar um diploma de Ensino Superior.

A nossa orientadora, Angela, por todo o apoio e compreensão, por acreditar em nós e nos incentivar a fazer o melhor trabalho possível. E também por todos os momentos de conversa e desabafos.

A Ana por estar sempre presente, nos apoiar e animar. Muito obrigada por todo companheirismo e pelos momentos de descontração acompanhados de boa comida. Obrigada por sua amizade.

Ao Isaque e a Carol por todas as risadas e por nos mostrar como a vida pode ser leve.

A todas as pessoas que colaboraram para que esse projeto acontecesse com empenho e gentileza: Ana Laura Essi Daniel, Pedro Maziero, Vitória Coelho, Iris Fernandes Lacerda e Dirceu Portugal.

E agradecemos a Unesp por proporcionar o nosso encontro assim como com tantas pessoas diferentes e que nos ajudaram a crescer como cidadãos. Além disso, agradecemos a oportunidade de cursar o Ensino Superior em uma universidade pública gratuita e de qualidade.

Resumo

Este projeto busca unir jornalismo especializado na área de direitos humanos com os indicadores de credibilidade apontados pelo Projeto Credibilidade (The Trust Project) e pelo público leitor. Os temas abordados foram a cultura musical interiorana, a exploração sexual infantil e sua relação com a cultura brasileira, a política de saúde mental no Brasil, o aborto e as consequências psicológicas da criminalização, o perfil do voto paulista e o impacto do sistema penitenciário nas famílias brasileiras. Tem como objetivo geral produzir conteúdo jornalístico focado na defesa dos direitos humanos e alinhado à atributos específicos de credibilidade. Já os objetivos específicos são estabelecer os indicadores de credibilidade tanto para jornalistas quanto para o público, identificar editorias e temas de interesse para o público e que apresentassem importância e justificativas jornalísticas e de noticiabilidade, produzir reportagens em profundidade com uma abordagem humana do tema e com relatos de personagens, quando possível de aplicar os critérios de credibilidade na produção e veiculação das reportagens. Para isso, foram realizadas revisões bibliográficas relacionadas à questão da atribuição da credibilidade, pesquisa de público para mapear quais critérios são considerados credíveis, entrevistas, além da produção de reportagens em profundidade sobre temas de direitos humanos. Como resultados, apresentados as reportagens publicadas em um site próprio, nomeado *Subverso*.

Palavras-chave: Direitos humanos; Credibilidade; Jornalismo especializado; Jornalismo digital.

O SITE ESTÁ DISPONÍVEL NO LINK:

<<https://subversojournal.com.br/>>

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
1.1 Objetivos	9
1.2 Justificativa	9
2. FORMATO E GÊNERO	10
2.1 Jornalismo especializado	10
2.2 Jornalismo digital.....	11
3. METODOLOGIA.....	12
3.1 Cronograma.....	12
3.2 Pré-produção	13
3.3 Processo de Reportagem	14
3.4 Redação	18
4. DESCRIÇÃO DO PRODUTO	19
4.1 Público-alvo	19
4.2 Plataforma	19
4.3 Produto final: site Subverso	20
4.4 Custos de implantação	22
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
REFERÊNCIAS	24
APÊNDICES	26
Pesquisa de público.....	26
Pautas	28

1 Introdução

O site jornalístico *Subverso* tem por intenção pautar de forma aprofundada temas relacionados aos Direitos Humanos, em uma união de técnicas de reportagem com o exercício profissional baseado na credibilidade jornalística. Essa abordagem foi escolhida pela importância dos temas retratados e do valor da credibilidade para um momento em que o jornalismo brasileiro enfrenta a descrença por parte do público.

Temas como o aborto, a forma como a saúde mental é relatada no país e os direitos da população carcerária, frequentemente encarados no Brasil como pautas e questões morais e não por seus aspectos humanitários. Segundo levantamento do instituto de pesquisas Ipsos¹, em 2018, 66% dos brasileiros acreditam que os Direitos Humanos “defendem mais os bandidos do que as vítimas”. A mesma pesquisa demonstrou que 43% dos entrevistados preferem nem ao menos falar sobre o assunto para não serem vistos como uma pessoa que “defende bandidos”.

A falta de diálogo, principalmente com informações qualificadas e verídicas, propicia à ignorância e à violações dos direitos. Segundo a conclusão do diretor do instituto Ipsos, “há no Brasil uma distorção histórica sobre o conceito de Direitos Humanos, algo que seria corrigido se houvesse mais espaço para o debate sobre o tema”, avalia Danilo Crsosimo (PULSO BRASIL, 2018). Ou seja, muitos não compreendem que Direitos Humanos tratam de garantias que todos, sem distinção, devem ter de que seus direitos econômicos, políticos, sociais e culturais serão respeitados, seja individual ou coletivamente.

O impacto disso pode ser observado em como o Estado e a sociedade se relaciona com diferentes grupos populacionais. Pessoas que historicamente têm seus direitos violados no Brasil, como pretos, pardos e indígenas, mulheres e crianças, continuam a ser afetadas pela predileção de questões morais aos direitos fundamentais. Uma evidência disso é o Informe 2017/2018 da Anistia Internacional², que chama a atenção para quase 200 projetos e emendas constitucionais propostas no Congresso Nacional brasileiro que ameaçam de diferentes formas os Direitos Humanos.

Nesse cenário hostil ao diálogo, o exercício jornalístico que consiga se conectar com o público e que tenha credibilidade para pautar a discussão de temas complexos mostra-se crucial. Isso porque a credibilidade é um atributo formado a partir da relação entre o emissor da informação e o receptor. É uma qualidade atribuída ao produtor, instituição ou discurso a partir do momento em que o conteúdo se prova, por suas características, credível e digno de

¹ Disponível em: <https://www.ipsos.com/pt-br/63-dos-brasileiros-sao-favor-dos-direitos-humanos>

² Disponível em: <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2018/02/informe2017-18-online1.pdf>

consideração para a formação de opiniões e ações (SERRA, 2006). No entanto, nos últimos anos o modelo de jornalismo comercial vive uma crise que afetou também a percepção do público em relação aos meios de comunicação como confiáveis e credíveis.

Os motivos para essa ruptura são diversos e ocorrem há um certo tempo. Um dos principais pode ser observado na percepção de quebra, ou no mínimo uma falta de transparência, do contrato de comunicação (BELDA; SANTOS, 2017) – quem diz o quê, para quem, com que intenções, em que condições e de que forma (CHARAUDEAU, 2010). Além disso, o fato da credibilidade ser um atributo definido por critérios objetivos - a pluralidade de pontos de vista, a busca pela objetividade narrativa e pela imparcialidade na investigação e explicação dos fatos - e subjetivos - gostos, crenças e preferências pessoais que interferem na interpretação de conteúdos jornalísticos (BENETTI; LISBOA, 2015) - também condiciona a percepção de um jornalismo credível a relação do público com a mídia, já que a atribuição da credibilidade se origina da inter-relação entre público e produtores. E, conseqüentemente, em aceitar a discussão de temas que normalmente não são discutidos com seriedade na sociedade, como é o caso de questões relacionadas aos Direitos Humanos.

Whether a news item, either substantiated or not, is accepted as true by a user may be strongly affected by social norms or by how much it coheres with the user's system of beliefs (58; 70). Despite enthusiastic claims that social media is generating a vast "collective intelligence" available to all (71), many mechanisms cause false information to gain acceptance, which in turn generate false beliefs that, once adopted by an individual, are highly resistant to correction (72; 73; 74; 75). Using extensive quantitative analysis we show that social homogeneity is the primary driver of content diffusion, and one frequent result is the formation of homogeneous, polarized clusters (often called "echo chambers") (DEL VICARIO, 2016, p. 39).³

A prova de que a crise do jornalismo vai além de um modelo de negócio se encontra nas últimas pesquisas relacionadas à confiança do público em relação aos conteúdos noticiosos à que têm acesso. Segundo a pesquisa mais recente do Edelman Trust Barometer⁴, divulgada em janeiro de 2019, o brasileiro continua desconfiado em relação à mídia. Apenas 41% do público geral confia nas informações disponibilizadas pelos meios de comunicação, o que coloca os

³ Tradução livre: "Se um item noticioso, seja fundamentado ou não, é aceito como verdadeiro por um usuário pode ser fortemente afetado por normas sociais ou por quanto esse item é coerente com o sistema de crenças do usuário (58; 70). Apesar das entusiásticas afirmações de que mídias sociais estão gerando uma vasta "inteligência coletiva" disponível para todos (71), muitos mecanismos fazem com que falsas informações ganhem aceitação, o que em retorno gera falsas crenças que, uma vez adotadas por um indivíduo, são altamente resistentes à correção (72; 73; 74; 75). Usando extensivas análises qualitativas mostramos que hegemonia social é o impulsionador primário da difusão de conteúdo, e um resultado frequente é a formação de aglomerados homogêneos e polarizados (frequentemente chamados de "câmaras de eco)".

⁴ Disponível em: https://www.edelman.com/sites/g/files/aatuss191/files/2019-04/2019_Edelman_Trust_Barometer_Brasil_Report.pdf

veículos nacionais dentro do grupo sem credibilidade, segundo a metodologia da pesquisa internacional.

1.1 Objetivos

O objetivo geral deste projeto foi produzir conteúdo jornalístico focado na defesa dos direitos humanos alinhado à atributos específicos de credibilidade, tanto para jornalistas quanto para o público leitor.

Para alcançar esse resultado, os seguintes objetivos específicos foram traçados:

- estabelecer os principais critérios de credibilidade para serem evidenciados em cada reportagem - o de jornalistas por meio de uma pesquisa do *Trust Project* e do público com base em pesquisas prévias (PROJETO CREDIBILIDADE, 2017; GROSSI, SANTOS, 2018) e pesquisa direcionada ao público-alvo, jovens que preferem se informar pela internet;
- identificar editorias e temas de interesse para o público e que apresentassem importância e justificativas jornalísticas e de noticiabilidade;
- produzir reportagens em profundidade com uma abordagem humana do tema e com relatos de personagens, quando possível;
- aplicar os critérios de credibilidade na produção e veiculação das reportagens.

1.2 Justificativa

O tema geral escolhido, Direitos Humanos, se justifica pela importância da ampliação dessa discussão em um país que apresenta índices de desrespeito aos direitos fundamentais de diferentes formas. Provas disso são as dezenas de mortes de defensores de direitos humanos que aconteceram no Brasil no último ano⁵ e a admissão do STF de que o Brasil viola os direitos humanos de pessoas aprisionadas⁶. Além disso, o país tem diferentes condenações por parte de cortes internacionais, seja por não punir assassinatos e torturas ou pelo uso excessivo da força policial contra os cidadãos⁷.

Assim, os temas específicos que são retratados nesse projeto são: a exploração sexual infantil; o aborto no Brasil e o impacto emocional da criminalização; o histórico de institucionalização de pessoas com problemas de saúde mental e os retrocessos recentes nessa área; a cultura musical fora do eixo Rio-São Paulo e a construção de uma identidade cultural

⁵ Disponível em: <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2018/02/informe2017-18-online1.pdf>

⁶ Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo798.htm>

⁷ Ver nota 5.

no interior paulista; a exploração sexual infantil e sua relação com a cultura machista; o impacto do sistema carcerário brasileiro na família de pessoas aprisionadas; representação política e o perfil do voto paulistas no âmbito legislativo. Essas pautas estão em debate na sociedade atualmente, principalmente por discursos e posições do governo federal e pessoas influentes da política nacional.

No entanto, esses assuntos normalmente não são tratados com profundidade no noticiário - as matérias ficam, normalmente, restritas a polarização entre grupos conservadores e movimentos sociais, sem se aprofundar nas pessoas que vivenciam essas questões ou são afetadas por elas. Um tratamento mais aprofundado dos dados e um olhar atento para as histórias por trás de falas criticadas ou exaltadas de personalidades políticas podem demonstrar para o público, de forma mais humana e tangível, a realidade e o impacto de, ou da falta de políticas, públicas. Essa abordagem pode beneficiar o debate sobre diferentes temas, mas principalmente daqueles que são constantemente perpassados por questões morais.

Além disso, para que esse conteúdo e diálogos possam alcançar diferentes grupos e ter um impacto no repertório social sobre o tema é necessário que o público seja minimamente receptível. Portanto, há a necessidade de se apresentar os critérios de credibilidade no conteúdo - principalmente os objetivos - como uma forma de atender as expectativas do público e ao mesmo tempo produzir um jornalismo de qualidade. A prática jornalística precisa levar em conta não apenas os padrões dos próprios profissionais na produção de um material credível, como também os anseios do público, como a diversidade das fontes.

2 Gênero e Formato

O site *Subverso* conta com reportagens ancoradas em princípios do jornalismo especializado e digital. Além disso, a produção em formato de reportagens buscou se orientar pela reunião de dados estatísticos e pela técnica de reportagem para contextualizar cada pauta. E, em determinados casos, a revisão histórica sobre o tema também foi utilizada, como uma forma de traçar paralelos entre passado e presente e evidenciar fatos que ainda impactam a vida das pessoas, como na reportagem sobre saúde mental no Brasil.

2.1 Jornalismo especializado

A segmentação do público e do jornalismo não é uma novidade. As divisões dos conteúdos em editoriais específicas, suplementos ou ainda em revistas especializadas são produtos comuns no impresso e um produto recorrente no jornalismo.

O desenvolvimento do jornalismo especializado está relacionado a essa lógica econômica que busca a segmentação do mercado como uma estratégia de atingir os grupos que se encontram tão dissociados entre si. Muito além de ser uma ferramenta mais eficaz de lucro para os conglomerados midiáticos, o jornalismo especializado é uma resposta a essa demanda por informações direcionadas que caracteriza a formação das audiências específicas. (ABIAHY, 2000, p. 05).

E as divisões entre as audiências se aprofundaram no ambiente online. A diversidade de temas disponíveis, apesar de acessíveis a todos que têm acesso a internet, se restringe a nichos que têm uma predisposição a se interessar por determinado assunto. A possibilidade de escolha levaria a produção e ao consumo de materiais mais especializados ao ponto de assuntos e debates se basearem apenas em escolhas individuais, sem uma abordagem que impactasse toda a coletividade (ABIAHY, 2000).

No entanto, ainda que o público se comporte como nicho, o conteúdo especializado não é, necessariamente, uma abordagem por meio de uma única ótica, seja essa econômica ou política. Essa é uma divisão pensada teoricamente dentro dos padrões do jornalismo diário, com suas editorias estritamente divididas.

Uma interpretação diferenciada do jornalismo especializado (CONDE, 2005; DEL MORAL, RAMÍREZ, 1996; PÉREZ, 1998 *apud* TAVARES, 2009) é de que ele se trata de uma metodologia de trabalho, em que o aprofundamento do tema, a busca de fontes especializadas e a imersão no assunto se tornam primordiais. “Menos uma questão de conteúdos ou de audiências, a especialização deve ser pensada também como ligada a uma nova metodologia do trabalho jornalístico, fundadora de novos produtos (no sentido de notícias e textos)” (TAVARES, 2009, p. 118).

Dessa forma, o resultado da produção especializada se aproxima de um conhecimento jornalístico (ANCHIETA, 2011), já que além de apresentar dados e informações, há uma contextualização e uma análise da realidade que está sendo exposta. Seja por meio de outras informações, de revisões históricas ou da contribuição de especialistas científicos referentes a cada tema, as pautas são tratadas jornalisticamente com uma perspectiva única e um cuidado mais atento.

2.2 Jornalismo digital

O jornalismo digital, também conhecido por ciberjornalismo, além de uma nova narrativa, que se distancia textualmente do jornalismo impresso tradicional, apresenta novas dinâmicas no ecossistema midiático. Com a internet e a popularização do consumo de notícias

online, as fontes de informação se multiplicaram exponencialmente. Se antes, os meios de comunicação e a quantidade de informações era limitada, hoje há uma grande oferta de canais e meios informativos (ALVES, 2017).

A diversidade de atores comunicacionais no ambiente digital, no entanto, não se traduz automaticamente em informações de qualidade ou ainda verdadeira. Exemplos disso são as *fake news* (informações falsas, incorretas ou conteúdos enganosos), a utilização da desinformação (conteúdo impostor e com falso contexto) e a má-informação (assédio, discurso de ódio) (PROJETO CREDIBILIDADE, 2018), que se tornaram comuns nos últimos anos. Esse cenário gera uma desconfiança natural do conteúdo encontrado online.

In this age characterized by a surplus of information from a variety of sources accessible to anyone online, credibility has become more important. Users sorting through a plethora of available information need to discern what to believe and what to dismiss as merely online chatter. This is especially true for younger people who rely on the Internet more than did older generations. (SWASY *et al*, 2015, p. 226).⁸

No sentido de seguir diretrizes que indiquem para o público a veracidade das reportagens, ao mesmo tempo em que os temas sejam trabalhados com um conteúdo aprofundado o melhor formato web é o de texto longform. Segundo Longhi (2018, p. 64), o longform é “um momento mesmo de amadurecimento e de consolidação da narrativa ciberjornalística”. Dessa forma, é possível explorar os temas de forma mais abrangente em uma reportagem que une a análise de dados, a revisão histórica e o relato de histórias relacionadas a pauta, garantindo uma diversidade de fontes e de vozes.

3 Metodologia

Aqui abordaremos as etapas para a realização do projeto *Subverso*. Desde o início tínhamos em mente um cronograma que contemplasse um ano de trabalho, levando em conta a ideia de trabalhar as pautas de uma forma mais aprofundada. Além disso, consideramos também como método de trabalho, a revisão bibliográfica, análise de dados e criação do site com uma identidade visual própria.

3.1 Cronograma

⁸ Tradução livre: “Nesta era caracterizada por um excedente de informações de variadas fontes acessíveis para qualquer pessoa online, credibilidade tem se tornado mais importante. Usuários escolhendo através de uma infinidade de informações disponíveis precisam discernir em que acreditar e o que dispensar como simples conversar online. Isso é verdade especialmente para os mais jovens, que dependem da Internet mais do que as gerações mais velhas”.

Para a realização do projeto *Subservo* desenvolvemos várias etapas, conforme expresso no cronograma abaixo:

Atividade	Meses												
	05/18	06	07	08	09	10	11	12	01/19	02	03	04	05
Pesquisa de público	X												
Delineamento do projeto		X											
Revisões bibliográficas		X	X										
Planejamento das pautas				X	X	X							
Produção				X	X	X	X	X	X	X	X		
Delineamento do projeto editorial									X	X	X		
Finalização das reportagens												X	X
Organização do site												X	X
Produção do relatório												X	X

3.2 Pré-produção

Para delinear os pontos-chave do projeto, inicialmente fizemos uma pesquisa de opinião. Foi elaborado um formulário na plataforma Google com seis perguntas que abordavam questões como credibilidade, preferências de conteúdo, de plataforma de leitura e dados bibliográficos do público (ver apêndice). Com isso, pode-se entender de forma mais precisa o público e suas expectativas em relação ao conteúdo e aos indicadores de credibilidade.

Em termos de resultado, o formulário contou com 74 respostas individuais, que indicam uma predominância de pessoas entre 20 e 24 anos (81,1%) e de mulheres (87,8%) entre o público que respondeu à pesquisa. Além disso, a pesquisa também buscou uma relação das

editoriais de maior interesse para o público da internet - que como comprovado na própria pesquisa se informa prioritariamente online. Assim, no momento posterior da elaboração das pautas, buscou-se de forma cuidadosa trabalhar áreas como cultura (73%), cotidiano (67,6%), política (52,7%) e ciência e saúde (51,4%), temas escolhidos pelos respondentes da pesquisa.

Em relação à credibilidade, uma pergunta específica pedia que elencassem as três opções que eles consideravam mais relevantes. O critério mais escolhido, com 89,2% de incidência, foi a “Investigação e apuração rigorosa das informações (com referência a documentos, testemunhos e dados objetivos)”. Em seguida foi a opção “Diversidade de fontes (incluindo pessoas de diferentes grupos e classes sociais)”, que foi escolhida por 60,8% das pessoas e “Diferenciação clara entre conteúdos noticiosos, conteúdos opinativos e matérias patrocinadas”, com 51,4%.⁹

A partir desses critérios, a revisão da bibliografia relacionada à questão da credibilidade se fez necessária. O estudo sobre o que é a credibilidade, os muitos elementos que influenciam essa atribuição e o cenário do jornalismo brasileiro e sua relação com informações e conteúdos credíveis foram de suma importância para compreender como adotar esses critérios como norte desde a pré-produção, com a elaboração das pautas, busca por fontes e dados, até a pós-produção e design da notícia no suporte escolhido.

E essas ideias foram incorporadas desde o início do processo com a produção das pautas. O enfoque escolhido nos Direitos Humanos, a análise dos acontecimentos atuais da sociedade brasileira e a noticiabilidade fez com que os sete assuntos já mencionados se destacassem como pautas a serem trabalhadas. A busca por dados e documentos e o aprofundamento do tema começou nesta etapa do projeto, assim como a pesquisa por fontes e relatos diversos socialmente para que a etapa de produção se iniciasse.¹⁰

3.3 Processo de reportagem

Após a definição dos temas que seriam abordados no projeto, começou o processo de pesquisa e realização de pautas. Cada pauta foi feita antes da realização das reportagens e das entrevistas. As fontes foram encontradas através de coletivos, ONGs, outros veículos de comunicação, sites oficiais, redes sociais e indicação das próprias pessoas entrevistadas. Dezenas de fontes foram contatadas para falar sobre cinco dos seis temas abordados: música no interior, exploração sexual infantil, luta antimanicomial, aborto e encarceramento. Ao todo,

⁹ Para mais informações sobre o resultado dessa pesquisa, ver Apêndices.

¹⁰ Para a íntegra das pautas produzidas, ver Apêndices.

trinta e sete pessoas se dispuseram a participar das reportagens. As fontes entrevistadas foram as seguintes:

- Mariana Oliveira Arantes, doutora em História e professora da UFVJM (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri)
- Ivo Fernandes, coordenador do movimento Coletivo Samba
- Gabriel Blackalpha, músico de Bauru
- Thiago Lucali, músico, professor e compositor
- Isis Maria, fez parte do grupo Enxame Coletivo, o ponto Fora do Eixo de Bauru
- Fabiana Monteiro, programadora cultural do SESC - Bauru
- Hell Hound, guitarrista da banda de crossover botucatuense D.I.E
- Emerson Gomes, músico e produtor cultural responsável pelo Festival Quilombo Groove de Bauru
- Dom Black, rapper bauruense
- Jane Felipe de Souza, psicóloga especializada em educação, sexualidade e relações de gênero
- Helen Barbosa dos Santos, psicóloga e pesquisadora do Núcleo de Estudos em Relações de Gênero e Sexualidade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
- Delegada Priscila Alferes, titular da Delegacia da Mulher de Bauru
- Casemiro de Abreu Neto, Conselheiro Tutelar de Bauru
- Igor de Carvalho Ramos, Presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos da Polícia Rodoviária Federal
- Alessandro Carrenho, o Presidente da Comissão de Segurança Pública da OAB de Bauru
- Kelly Silvana Andrade Corrêa, vice-presidente do segundo Conselho Tutelar de Bauru
- Paulo Amarante, presidente de honra da Associação Brasileira de Saúde Mental (Abrasme)
- Denise Rinehart, assessora técnica do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems)
- Vera Rodrigues, coordenadora de saúde mental da cidade de Bauru
- Rosana Onocko, representante da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco)

- Silvio Yasui, psicólogo e autor do livro “Rupturas e Encontros: desafios da reforma psiquiátrica brasileira”
- Walter Oliveira, líder do Grupo de Pesquisas em Políticas de Saúde Mental da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
- Michele Kamers, coordenadora da pós-graduação em psicologia hospitalar do Hospital de Santa Catarina
- Nercinda Claremina Heiderich, professora aposentada e mãe da Ana Carolina Heiderich
- Creusa da Palma Silva, ex-residente do Hospital da Associação Beneficente Cristã “Paiva”
- Samuel Rocha Filho, ex-residente do Hospital da Associação Beneficente Cristã “Paiva”
- Geralda Gomes dos Santos, ex-residente do Hospital da Associação Beneficente Cristã “Paiva”
- Mariza Theme Filha - médica especializada em saúde pública e coletiva da FioCruz
- ANIS - Instituto de Bioética
- Laura*
- Alice*
- Sofia*
- Assessoria de Luís Geraldo Lanfredi, coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)
- Maria Railda Silva, presidente da Amparar - Associação de Amigos(as) e Familiares de Presos(as)
- Fátima*
- Marta*
- Leila*

**Nomes fictícios para proteger a identidade da fonte, por questões de segurança pessoal ou de terceiros.*

As entrevistas foram realizadas pessoalmente, por e-mail, por videoconferência e por aplicativos de trocas de mensagem. Além das fontes testemunhais e especialistas, as reportagens procuraram trazer riqueza de dados estatísticos sobre os assuntos abordados e contextualização histórica e/ou social do tema.

A primeira reportagem realizada foi “Nem só de sertanejo vive o interior” que buscou retratar o cenário de diversos gêneros musicais no interior. Para isso, foi buscado fontes de Bauru e região e pessoas que já atuaram na cena musical destes locais. Para contatar as fontes foram utilizados e-mail, telefone e aplicativos de troca de mensagens. Parte das entrevistas foram realizadas pessoalmente e as demais, por questão de logística e baixo orçamento, foram por videoconferência e WhatsApp. Ao todo, nove pessoas concederam entrevista sobre o assunto, entre elas músicos, bandas, coletivos e especialistas.

A próxima reportagem foi “Meninas bonecas” que trata sobre a exploração sexual infantil dentro do contexto cultural e social brasileiro. A reportagem buscou trazer uma abordagem nacional, mas também regional sobre o tema. Foram entrevistadas sete fontes, duas especialistas e cinco oficiais. Nessa reportagem houve a colaboração de outra colega do curso de jornalismo da Unesp, Ana Laura Essi Daniel. Nessa pauta, por retratar abusos contra crianças e para manter a proteção da identidade e dignidade delas, não houve relato.

O terceiro tema escolhido foi o movimento da luta antimanicomial, que teve seu surgimento na cidade de Bauru. Durante a realização das entrevistas e pesquisa de dados, contou-se que seria necessário abordar o assunto em duas reportagens. Em “Marginalização do sofrimento” o foco foi nas mudanças da portaria 3.588 de 2017 que alterou a lei de saúde mental no Brasil, o surgimento da Luta Antimanicomial e na institucionalização de tratamentos psiquiátricos. Nessa reportagem, foram entrevistadas sete fontes.

Em “Violações de Direitos Humanos persistem no tratamento psiquiátrico brasileiro”, o principal objetivo foi retratar a experiências de vítimas dos manicômios no Brasil. Foram entrevistadas três pessoas que ficaram décadas reclusas no Hospital Psiquiátrico da Associação Brasileira Cristã, popularmente conhecido como “Paiva” na cidade, uma ex-funcionária do local e uma mãe que perdeu a filha enquanto ela estava internada em uma clínica.

A quinta reportagem “Quem são elas?” tratou sobre o perfil da mulher que aborta e as consequências psicológicas de uma gravidez indesejada. O gancho para a reportagem foi a discussão que o tema gerou e ainda gera nas instâncias do Legislativo, Executivo e Judiciário do país. Para essa reportagem, foram entrevistadas seis fontes, todas mulheres. Três entrevistadas contaram suas diferentes experiências com aborto, além de duas psicólogas que estudam o tema e o Instituto de Bioética Anis. Todas as entrevistas foram realizadas por e-mail e WhatsApp.

A sexta reportagem “O perfil do voto paulista” é uma reportagem que traz de forma visual o perfil dos deputados estaduais e federais eleitos no estado de São Paulo. Para coletar

todas as informações foi necessário consultar centenas de fontes documentais, incluindo sites oficiais, de partidos políticos, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e de veículos de comunicação. O objetivo foi demonstrar através de números as características dos representantes paulistas. Além dos dados bibliográficos, há também informações sobre corrupção, voto partidário de pautas significativas para o futuro econômico e social do país e posicionamento quanto à pautas que dividem a sociedade brasileira.

A última reportagem “Fora das grades, reféns do cárcere” busca identificar quais são as dificuldades enfrentadas pelas famílias de pessoas que estão aprisionadas em locais distantes de seus entes queridos no estado de São Paulo. Além disso, tem como objetivo contextualizar a interiorização do sistema carcerário paulista e identificar quais são as possíveis dificuldades que isso representa para o contato familiar, um direito dos presos, e para a ressocialização deles após o cumprimento da pena.

3.4 Redação

Todas as reportagens foram escritas em dupla, pois os temas foram abordados de forma extensiva, aprofundada e crítica. Além disso, a produção colaborativa permitiu uma discussão maior acerca dos temas e maior pluralidade de ideias. Como o processo de reportagem resultou em muito material tanto de entrevista como de dados, o trabalho em equipe facilitou o tratamento da informação e a redação da reportagem.

O formato escolhido foi o longform, com linguagem simplificada e sem presumir que o leitor conheça previamente o assunto tratado. A estruturação das reportagens também variou de acordo com as fontes entrevistadas. Em reportagens que haviam relato de pessoas que vivenciaram as situações abordadas, o depoimento foi privilegiado na disposição de informações. Em todas as reportagens escritas buscou-se criar ganchos com factuais ou pesquisas estatísticas.

Como foi apresentado uma grande quantidade de dados, o uso de infográficos foi fundamental para traduzir as informações de forma clara e também apresentar riqueza de elementos visuais. Para produzir o material, foram utilizados as plataformas e softwares Picktochart, Infogram e Photoshop.

A produção também contou com fotografias próprias, arquivos pessoais dos entrevistados, arquivo nacional e imagens públicas e cedidas. Além disso, nas reportagens “Quem são elas?” e “Meninas bonecas” foi feita uma parceria com as estudantes de Design Gráfico, Vitória Coelho e Iris Fernandes Lacerda, para a produção de ilustrações. Na

reportagem, “Violações aos Direitos Humanos persistem no tratamento psiquiátrico brasileiro” também foi produzido um vídeo com depoimentos de três ex-internos do “Paiva”, no qual a edição contou com a colaboração do estudante de Jornalismo Pedro Maziero. E na reportagem “Fora das grades, reféns do cárcere” o fotojornalista Dirceu Portugal nos permitiu o uso de suas imagens, dado o devido crédito.

Para conseguir gravar com Geralda, Creusa e Samuel e para visitar as residências terapêuticas foi preciso pedir autorização para a Secretária de Saúde de Bauru. As entrevistas foram supervisionadas por profissionais da área de psicologia que trabalham com essas pessoas.

4 Descrição do Produto

Neste capítulo, explicaremos detalhadamente sobre o que público tentamos alcançar com esse projeto e quais foram os resultados que alcançamos durante as etapas de produção. Além disso, explicitamos também os custos financeiros do projeto, levando em consideração seu caráter experimental e independente.

4.1 Público-alvo

O público-alvo do site Subverso é jovem adulto, de 20 a 35 anos, que se interesse por temas de Direitos Humanos, costuma acompanhar jornalismo por meios digitais e goste de textos aprofundados com riqueza de fontes, que gosta de aprender, é curioso, se interessa por temas contemporâneos e que são cobertos pela mídia tradicional de forma superficial ou apenas exponencialmente. Além disso, que queira entender a realidade brasileira.

Esse público foi escolhido, porque consome jornalismo digital com mais frequência e está mais aberto a acessar conteúdos que trazem uma nova abordagem sobre temas contemporâneos e que defendam os Direitos Humanos.

4.2 Plataforma

A plataforma escolhida foi um site, porque foi privilegiado o público da internet e o formato longform, que pode ser explorado de forma mais efetiva em veículos digitais, já que não há limites de espaço. Além disso, a publicação em um site permite o compartilhamento, maior impacto e possibilidade de viralização.

Foi escolhido fazer um site com domínio próprio pela possibilidade de edição, personalização dos componentes visuais da reportagem e da forma de exibição do conteúdo. Além disso, ter um site próprio profissionaliza o projeto e contribui para adequação aos

indicadores de credibilidade, pois, assim, a autoria e a responsabilidade editorial ficam claras para o leitor.

4.3 Produto final: site Subverso

O nome do site é *Subverso* em uma alusão a subversão de como temas à margem da sociedade são retratados pelo jornalismo tradicional. Como as reportagens buscam trazer um novo olhar sobre assuntos que muitas vezes contraria ideias ou opiniões de grande parte da sociedade, a palavra descreve o trabalho realizado pelo site. O termo “subversiva” se tornou muito popular durante a Ditadura Militar, que ocorreu no Brasil entre 1964 e 1985, e era utilizado para denominar as pessoas que faziam oposição a censura, ao regime e lutavam pela volta da democracia.

Para definir o projeto editorial do site *Subverso*, optamos por um modelo para o site sem muitos elementos gráficos. Dessa forma, além de facilitar a edição para a publicação de reportagens, é possível manter a atenção do leitor no conteúdo. Nesse sentido, a construção da logo do site buscou a simplicidade em sua forma, com a utilização de cores para transmitir a identidade e a mensagem do projeto.



No que diz respeito às cores, o azul e o laranja foram escolhidos pelo significado cognitivo que transmitem. O laranja é utilizado para representar energia, imaginação, excitação e vitalidade. Já o azul, em um tom mais claro, transmite credibilidade, seriedade e harmonia. Os dois tons representam o que o site quer comunicar ao leitor.

Com base nessas escolhas, foi necessário selecionar outras cores para o projeto visual dos infográficos nas reportagens. Assim, foram utilizadas ferramentas para selecionar cores complementares e opostas que não destoassem das cores da logomarca e do site. Foram selecionadas várias cores em tons mais alegres e vívidos.

As fontes utilizadas nos infográficos e na logomarca privilegiaram a clareza, por isso, elas são mais simples. Além disso, houve um padrão na utilização de fontes em todo o projeto gráfico do *Subverso*.

Outra escolha do projeto gráfico editorial, influenciada pela dificuldade de retratações imagéticas de diversos dos assuntos abordados, foi a utilização de ilustrações e infográficos. As

ilustrações buscaram uma retratação com maior leveza e ludicidade dos temas, enquanto que o uso de infografia consegue dar dinamicidade à leitura e apresentar uma variedade maior de informações.

A primeira reportagem “Nem só de sertanejo vive o interior” buscou trazer uma nova perspectiva sobre a cena cultural de São Paulo. O objetivo era demonstrar que mesmo diante das dificuldades de não estar em um grande centro populacional, os músicos de interior conseguem seu espaço e não precisam necessariamente migrar para produzir arte. O Coletivo Samba, umas das fontes entrevistada, inclusive utilizou as falas sobre oportunidades do SESC para conseguir se apresentar dentro do espaço em 2019.

A reportagem “Meninas bonecas” procurou lançar luz sobre o tema da exploração sexual infantil em Bauru e no Brasil. Trazendo, além de dados, uma análise histórica e psicológica sobre a imagem e o corpo da mulher na sociedade. Há também análise de como produtos culturais refletem e contribuem para a normalização de diversos tipos de violência contra mulher.

Nas duas reportagens sobre Luta Antimanicomial, o foco foi abordar as políticas de incentivo a institucionalização do tratamento de transtornos mentais que vêm ocorrendo nos últimos anos e trazer tanto a problemática desse tipo de procedimento como da medicalização excessiva. Para isso, profissionais e vítimas desse sistema foram entrevistados.

Em “Quem são elas?” buscou-se mostrar desconstruir a ideia de que há um tipo específico de mulher que aborta e mostrar que a interrupção da gravidez é feita por mulheres com características diversas. Além disso, os relatos de três mulheres que passaram por procedimentos abortivos contribuíram para humanizar e dar materialidade ao tema.

“O perfil do voto paulista” pretendeu identificar quais características e atributos os paulistas consideram para depositar o seu voto. Além disso, houve um mapeamento de opiniões e posições partidária quanto a temas discutidos na sociedade e votações de grande dimensão nos últimos anos. Como a questão da corrupção foi um dos pilares da eleição em 2018, o assunto também foi abordado. Diferente das outras reportagens, o foco da reportagem é na parte gráfica e de dados.

A reportagem “Fora das grades, reféns do cárcere” teve o intuito de relatar as diferentes formas que ter um familiar preso pode impactar as famílias a partir dos relatos de três mulheres que têm filhos ou marido dentro do sistema prisional. Como uma forma de contextualizar as histórias dessas pessoas, foram retratadas as características e a forma de funcionamento dos presídios, com foco nas unidades do estado de São Paulo.

4.3 Custos de implementação

Primeiramente, para compra de domínio e hospedagem por um ano foi gasto R\$ 96,00. Com ligações telefônicas, foi gasto cerca de R\$ 15,00 e com transporte público R\$ 80,00. O transporte entre Bauru e São Paulo foi R\$ 460,00. Além de custos que não calculamos como internet, tempo de trabalho e alimentação. O gasto total foi de aproximadamente R\$ 651,00.

5 Considerações Finais

Nesse projeto, buscou-se uma aproximação do trabalho jornalístico com a questão da credibilidade, em uma prática que se apresenta a ótica profissional e a do público em relação ao que seria um jornalismo credível. Essa experiência demonstrou que reunir indicadores como diversidade de vozes, investigação e apuração rigorosa das informações, com diferenciação clara dos tipos de conteúdo, a forma de apuração (local ou não), que deixe claro ainda os métodos, referências e expertise do autor, pode ser mais complexo do que o planejado.

A aplicação desses critérios, que se faz necessária para garantir a credibilidade e, de certa maneira, a relevância do trabalho jornalístico na sociedade demanda uma grande quantidade de investimento, tanto financeiro quanto humano. Uma produção nesses moldes demanda uma quantidade maior de tempo, de cuidado e tratamento da informação, uma relação mais próxima com as fontes e uma vasta pesquisa. Nesse sentido, parece mais próximo de um jornalismo especializado do que do diário.

No entanto, é crucial a importância de se retomar a credibilidade do jornalismo, ainda mais quando se trata de temas relacionados aos Direitos Humanos no Brasil. Abordar questões que afetam minorias, como mulheres, população carcerária, população periférica, crianças, pessoas com transtornos mentais ou que apenas não se encaixam no padrão da sociedade não é algo simples com o público brasileiro, que não é receptivo a discutir sobre os direitos fundamentais.

Mas essas discussões também são essenciais para a democracia, ainda mais considerando o momento polarizado que a sociedade vive atualmente. Com a eleição de políticos de extrema direita e a nomeação de Damara Alves como ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos se faz muito necessário um jornalismo aprofundado e de qualidade, já que ela defende a interpretação moral e religiosa dos temas tratados neste projeto.

Além disso, as reportagens do *Subverso* contribuem para a nossa formação profissional, crítica e cidadã. Isso porque conseguimos colocar em prática os diversos ensinamentos do curso de Jornalismo, um contato maior com fontes e com os desafios da reportagem. Com isso, conseguimos reunir e praticar diferentes aspectos do trabalho jornalístico responsável e credível.

Referências

- ABIAHY, Ana Carolina de Araújo. *O jornalismo especializado na sociedade da informação*. João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 2000. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/abiah-y-ana-jornalismo-especializado.pdf> . Acesso em: maio 2019.
- ALVES, R.C. Performance em Ciberjornalismo: tecnologia, inovação e eficiência, pp. 33-50. In: MARTINS, Gerson Luiz; REINO; Lucas S. A.; BUENO, Thaísa (orgs). *Performance em ciberjornalismo. tecnologia, inovação e eficiência*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2017.
- LONGHI, R. Ciberjornalismo no Brasil e o texto longform, pp. 63-70. Performance em ciberjornalismo. In: MARTINS, Gerson Luiz; REINO; Lucas S. A.; BUENO, Thaísa (orgs). *Performance em ciberjornalismo. tecnologia, inovação e eficiência*. Campo Grande. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2017.
- ANCHIETA, Isabella. O paradoxal estatuto do conhecimento jornalístico: entre a desconsideração e o protagonismo do saber produzido pelas notícias nas sociedades modernas. *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 34, n. 2, 2011.
- Anistia Internacional. **Informe 2017/18**: O estado dos direitos humanos no mundo, 2018. Disponível em: <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2018/02/informe2017-18-online1.pdf> Acesso em: maio 2018.
- BELDA, F.; SANTOS, G. . A concepção e a percepção da credibilidade no jornalismo. *Anagrama*, 11(1), 2017. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/anagrama/article/view/135299>
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2010. 285 p
- Declaração Universal dos Direitos Humanos*, 1948. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por> Acesso em: junho de 2018.
- Edelman Trust Barometer*. Edelman Intelligence, United Entertainment Group. 2019. https://www.edelman.com/sites/g/files/aatuss191/files/2019-04/2019_Edelman_Trust_Barometer_Brasil_Report.pdf. Acesso em: abril 2017.
- GROSSI, A. ; SOARES, G. Jornalismo e credibilidade: uma percepção do público. *Ámbitos Revista internacional de comunicación* Vol. 3, núm. 42,2018. Disponível em: <https://revistascientificas.us.es/index.php/Ambitos/article/view/5415>
- Projeto Credibilidade*. Pesquisa com jornalistas profissionais (2016-2017), 2017. Disponível em: <https://www.credibilidade.org/pesquisa>. Acesso em: maio 2018.
- Projeto Credibilidade*. Manual de credibilidade, 2018. Disponível em: <https://www.manualdacredibilidade.com.br/manual>. Acesso em julho 2018.
- Ipsos. Pulso Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.ipsos.com/pt-br/63-dos-brasileiros-sao-favor-dos-direitos-humanos> Acesso em maio 2019.

SERRA, Paulo. *O princípio da credibilidade na seleção da informação mediática*. 2006. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/serra-paulo-credibilidade-seleccao-informacao.pdf>. Acesso em: jan. de 2017.

SWASY, A.; TANDOC, E.; BHANDARI, M.; DAVIS, R. Traditional Reporting More Credible than Citizen News. *Newspaper Research Journal*, 2015, Vol. 36(2) 225–236.

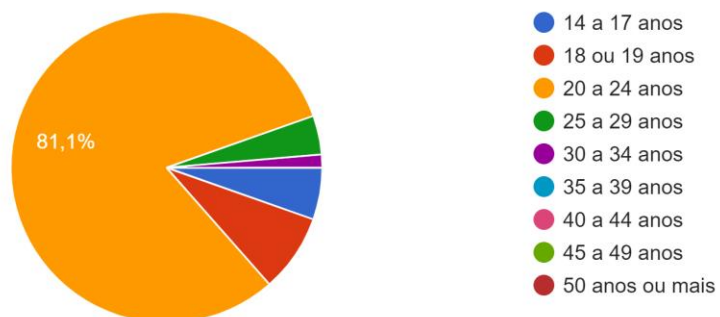
TAVARES, F. de M. B. O jornalismo especializado e a especialização periodística. *Estudos em Comunicação* n. 5, 115-133, maio 2009. Disponível em: <http://www.ec.ubi.pt/ec/05/pdf/06-tavares-acontecimento.pdf> Acesso em: maio 2019.

Apêndices

Pesquisa de público

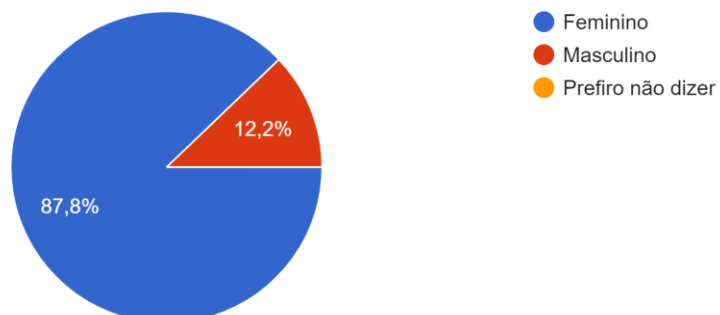
1) Qual é a sua idade?

74 respostas



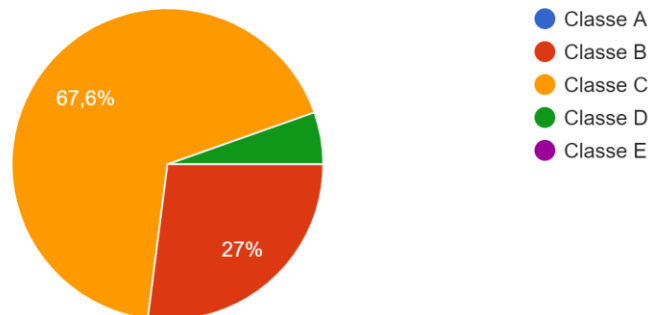
2) Qual é o seu gênero?

74 respostas



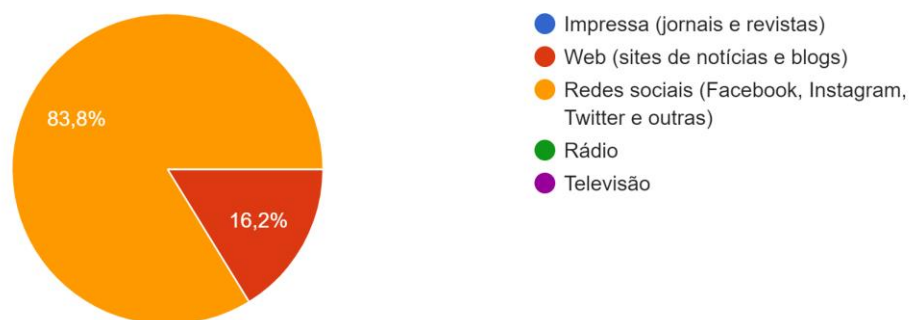
3) Classe social que você se identifica:

74 respostas



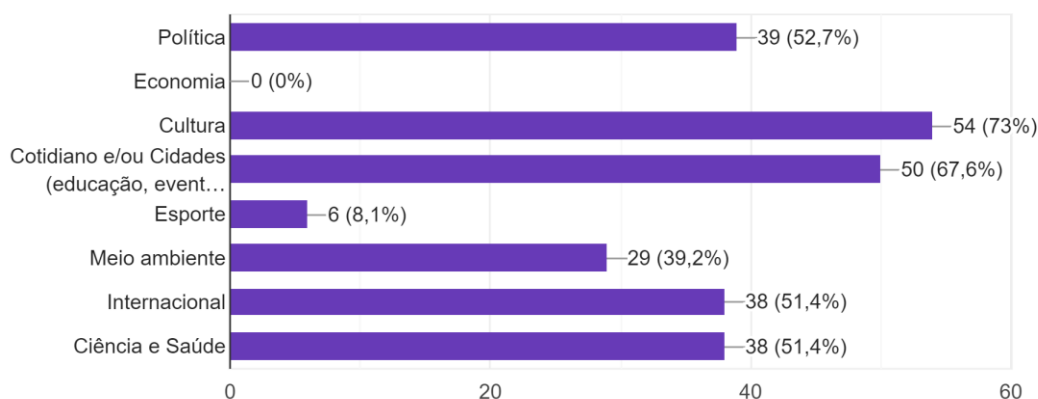
4) Qual é a mídia que você mais consome?

74 respostas

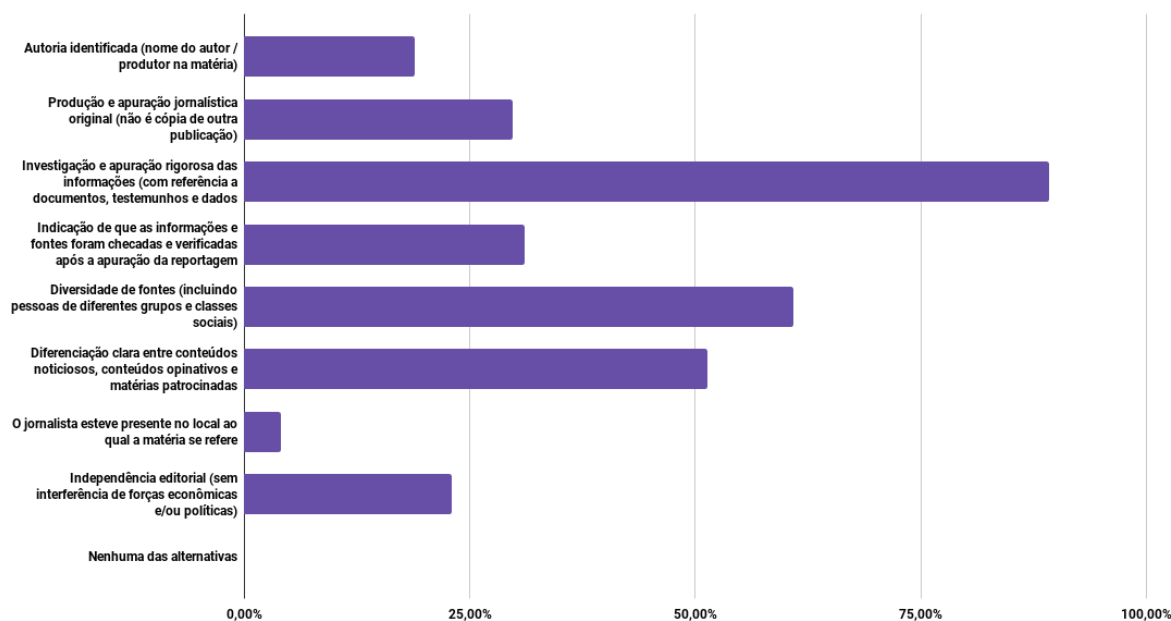


5) Quais são os temas mais interessantes para você? (escolha até duas opções)

74 respostas



6) O que faz uma matéria jornalística ter credibilidade? (Assinale as três opções que você considera mais relevantes)



Pautas

Pauta 1

Pauteiro: Gabriella Soares e Maria Clara Novais	Repórter: Gabriella Soares e Maria Clara Novais	Data: 08/05/2018	Retranca: Música e Sociedade
Tema A relação de artistas musicais com o interior do estado de São Paulo.			

Histórico/ Sinopse

A relação entre cidades e a sua cultura musical é historicamente muito forte. A identidade de algumas cidades, mundialmente, é influenciada por sua cena musical, como exemplos temos Nova Orleans, Rio de Janeiro, Recife e São Paulo. No entanto, essa relação não é pautada na mídia no que diz respeito às cidades do interior. Recentemente, o conceito de uma “cidade criativa” passou a ser estudado no Brasil, mas ainda assim o interior não é o enfoque.

Ainda assim, o cenário musical no interior de São Paulo apresenta grande diversidade, seja de ritmos ou tradição. E esses atores culturais possuem uma tradição em influenciar a dinâmica das cidades e dos espaços. Apesar disso, em muitos momentos essas expressões artísticas e culturais são renegadas pelas cidades e pelo poder público, como é o caso da proibição de bailes funk na cidade de Bauru.

Além disso, dificuldades ainda podem ser encontradas, como atrair o público para artistas independentes e que não estão nos grandes centros brasileiros. E ainda que as formas de divulgação tenham sido facilitadas pela internet ainda há dificuldades para esses músicos se profissionalizarem.

Encaminhamento/ Enfoque

Encaminhamento: Explorar qual é a relação de artistas musicais e qual o contexto dessa cultura com a região de Bauru, incluindo as dificuldades encontradas fora dos grandes centros.

Enfoque: Música, sociedade, cultura

Fontes

Micael Herschmann e Cintia Sanmartin Fernandes - pesquisadores da área de comunicação da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e organizadores da coletânea “Cidades Musicais”.

Gabriel Blackalpha, da banda Guimah, de Bauru – anteriormente estava na banda Move Over, no entanto saiu após o resto da banda querer ir para São Paulo.

Twitter: <https://twitter.com/theblackalpha> (Gabriel) /

Facebook: [facebook.com/gblackalpha](https://www.facebook.com/gblackalpha)

Instagram: https://www.instagram.com/Gabriel_blackalpha/

Banda Move Over, que se mudou de Bauru para São Paulo

Site: <http://bandamoveover.com.br>

Facebook e Twitter: <https://www.facebook.com/bandamoveover>

https://twitter.com/moveover_rock

Coletivo Samba de Bauru

Facebook: <https://www.facebook.com/coletivosamba>

Fora do Eixo

Site: <http://www.foradoeixo.org.br>

Facebook: <https://www.facebook.com/foradoeixo/>

Sesc Bauru

Endereço: Avenida Aureliano Cardia, 6-71, Vila Cardia BAURU | CEP: 17013-411

Telefone: [\(14\) 3235-1750](tel:(14)3235-1750)

Facebook: <https://www.facebook.com/sescbauru>

Email: email@bauru.sescsp.org.br

Banda D.I.E, de Botucatu

Site: diecrossover.bandcamp.com

Facebook: <https://www.facebook.com/diecrossover/>

Sugestões de Perguntas

Bandas:

A prefeitura da cidade oferece algum incentivo para as bandas/artistas se manterem na cidade?

Quais são as principais dificuldades de ter uma carreira musical no interior do estado?

Quais são as vantagens em tocar no interior paulista?

A banda já quis se mudar para São Paulo ou outra capital? Por quê?

Já houve momentos em que vocês sentiram que estar nessa cidade prejudicou a banda de alguma forma?

Pesquisadores:

Como a música pode influenciar uma cidade?

Quais são as relações que manifestações musicais populares podem manter com uma população?

Como a música pode fazer parte da construção da identidade de uma cidade?

Gabriel:

Quais foram os motivos para você querer continuar em Bauru depois que a Move Over mudou para São Paulo?

Sesc:

Vocês têm alguma política de incentivo para artistas da região?

Como é a relação do Sesc com a cena musical local?

Há incentivos governamentais nesse sentido?

Qual é a importância da música para a região de Bauru?

- **Cobertura**

- **Macroambiental:** Importância da música na constituição da identidade de diferentes cidades ao redor do mundo, inclusive no Brasil.
- **Ambiental:** O Brasil é uma potência musical e suas produções sempre tiveram importância nos âmbitos sociais e políticos das regiões.

○ Microambiental: No estado de São Paulo, por seu histórico cultural, há o encontro de diferentes tradições musicais, que refletem a diversidade populacional do estado e as diferentes personalidades. ○ Nanoambiental: Em Bauru e região há diferentes grupos e artistas musicais atuando na cena cultural e profissional e que podem ou não contribuir com a formação da identidade cultural da região.
Recursos Visuais Fotos das bandas/artistas que fizeram parte da reportagem; Vídeo ou áudio de entrevistas/músicas
Documentação https://www.nexojornal.com.br/academico/2018/05/02/Como-m%C3%BAasicos-de-rua-se-adaptam-%C3%A0s-transforma%C3%A7%C3%B5es-de-grandes-cidades Cidades musicais - organização é de Micael Herschmann e Cintia Sanmartin Fernandes Panorama das Políticas Públicas Culturais no interior paulista - http://paineira.usp.br/celacc/sites/default/files/media/tcc/3.artigo_humberto_pdf_final.pdf http://www.transparenciacultura.sp.gov.br/secretaria-da-cultura-dados-e-numeros/ O papel da música na construção da identidade - http://www.neliufpe.com.br/wp-content/uploads/2014/08/16.pdf

Pauta 2

Pauteiro: Ana Laura Essi, Gabriella Soares e Maria Clara Novais	Repórter: Ana Laura Essi, Gabriella Soares e Maria Clara Novais	Data: 14/08/2018	Retranca: A sexualização do corpo infantil
--	---	----------------------------	--

Tema Exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.
Histórico/ Sinopse Episódios como o do programa Masterchef Junior, em 2015, com a participante Valentina Schulz, na época com 12 anos de idade, levantam a questão da sexualização das crianças por parte de setores da sociedade. Já no primeiro episódio, diversos comentários de conotação sexual foram feitos por parte dos espectadores, indicando que a menina deveria seguir a carreira de modelo por conta de sua beleza e também comentários demonstrando desejo e até chamando a participante de “gostosa”. Uma página foi criada nas redes sociais

com o título “Porque panela nova que faz comida boa”, também fazendo referência a participação da menina no programa culinário.

Por conta disso, a hashtag #MeuPrimeiroAssédio foi lançada pelo blog feminista Think Olga. O movimento teve grande adesão e, em poucos dias, a hashtag foi publicada 82 mil vezes nas redes sociais. Muitas mulheres aproveitaram o momento para compartilhar casos que aconteceram com elas quando pequenas.

Essa cultura de sexualização da criança e da adolescente pode ser verificada no relatório de 2017 de um dos maiores sites de conteúdo pornográfico, o Pornhub. De acordo com a publicação, o termo “adolescente” está entre as dez buscas mais frequentes no Brasil. Uma tendência similar é observada nos termos relacionados a palavra “novinha” nas buscas do Google. De acordo com o Google Trends, as palavras “pornô”, “dando”, “sexo”, “gostosa” e “comendo” são os termos mais buscados na plataforma relacionados a “novinha”.

A música é um elemento importante para a disseminação dessa cultura machista. Não é difícil ouvir a palavra “novinha” em canções sertanejas ou funks. Atualmente, duas das 50 músicas mais ouvidas no Brasil pela plataforma Spotify utilizam do termo em suas letras. Essa situação só ilustra a forma com que são tratadas as crianças e adolescentes no Brasil.

Segundo dados do Ministério de Direitos Humanos, 72,5% das vítimas de violência sexual são do sexo feminino e mais da metade têm entre 12 e 17 anos de idade. O mais recente relatório VIVA (Vigilância de Violência e Acidentes), do Ministério da Saúde, que apresenta dados de violência e acidentes entre 2013 e 2014, mostra que ocorreram 8450 casos de violência sexual entre crianças de zero a nove anos durante o período analisado. Dentre elas, 64% eram meninas. Entre os adolescentes de 10 a 19 anos, foram mais de 12 mil casos e 91,7% das vítimas eram do sexo feminino.

A sexualização de crianças e adolescentes, como parte de uma cultura machista, faz com que o abuso sexual se transforme em uma indústria. Assim, além da questão pornográfica, a “prostituição” infantil também é uma preocupante forma de exploração sexual de crianças e adolescentes. Uma pesquisa do Datafolha de 2018, por exemplo, mostra que 35% das pessoas entre 16 e 24 anos concordam com frases como “se o menor quiser se prostituir isso é uma escolha dele” ou ainda “se a menina parecer mais velha e não informou a sua idade, não é culpa do homem que pagou pelo sexo”.

Essa postura por parte da sociedade brasileira demonstra como muitos não entendem que o consentimento não é uma questão para crianças ou adolescentes. Independentemente, essa é uma situação de exploração sexual infantil. A flexibilidade em relação a exploração

disfarçada de prostituição e a sexualização de corpos infantis proporcionada pela cultura e pela mídia é o que dá espaço para 2847 pontos vulneráveis à exploração em todo o Brasil, segundo dados do relatório MAPEAR (Mapeamento dos Pontos Vulneráveis à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Federais Brasileiras) de 2017/2018. Esse número representa um aumento de 21% em relação ao último mapeamento, em 2013/2014.

Encaminhamento/ Enfoque

Expor como, a partir da adolescência (entre 12 e 18 anos), a sociedade naturaliza, de uma forma machista, a sexualização de menores de idade, principalmente as do gênero feminino. Mostrar como essa naturalização está presente em elementos culturais nacionais, como a música (sertanejo e funk), e explorar como isso contribui com a mercantilização do abuso infantil, tanto na busca e consumo de pornografia, quanto na prostituição infantil.

Demonstrar a ligação entre a sexualização dos corpos, traços e características das adolescentes na pornografia, inclusive na que não pretende atingir pedófilos, e uma visão adulta diferenciada em relação à infantilidade. Verificar se a normalização desses corpos como objeto de desejo equivale a uma aceitação da “prostituição” infantil como algo que as vítimas escolheram ou que tem o poder de consentir e assim é justificada.

Além disso, abordar a problemática de que a sociedade, principalmente em relação ao sexo feminino, não percebe as adolescentes como vulneráveis, mas como responsáveis e aptas a dar consentimento. É essa postura que também permite que aconteçam tantos casos de exploração sexual, principalmente de prostituição infantil.

Fontes

A busca por personagens será realizada a partir de indicações das próprias fontes, sejam as especialistas ou as oficiais. Pela delicadeza do assunto e pelo fato de se tratar de vítimas menores de idade, a obtenção de nomes por meio de documentação é impossibilitada, portanto a indicação deve apontar para possíveis fontes que estejam mais confortáveis em falar sobre o assunto e colaborar com a reportagem. O depoimento de crianças que sofreram abuso e exploração sexual tem como objetivo humanizar a reportagem.

As buscas de fontes especialistas e oficiais, por outro lado, serão feitas também através dos relatórios citados acima, através da plataforma Lattes e contato com organizações de assistência social. Como as integrantes do grupo fazem jornalismo em Bauru, grande parte das fontes da cidade contribuirão para o aprofundamento das informações. Porém, também buscaremos especialistas de outras cidades do país, principalmente São Paulo. As possíveis fontes já levantadas para a grande reportagem estão listadas abaixo:

- **Priscila Alferes**, titular da delegacia da mulher de Bauru.

- **José Carlos Augusto Fernandes** (Secretaria do Bem Estar Social de Bauru). Rua Alfredo Maia, quadra 1, s/n.
- **Simone Souza**, assistente social do CREAS. Telefone: 3234-2846
- **Lídia Possas**- É Livre Docente em História, Relações de Gênero e Feminismos na América Latina , realizando Pós doutorado junto ao Programa Interdisciplinar de Ciências Humanas e o do Instituto de Estudos de Gênero/ UFSC e junto ao Archivo Provincial de la Memoria em Córdoba na Argentina.
- **Nilma Renildes** - Especializada em Violência sexual contra Crianças e Adolescentes pelo USP/SP (2000) e doutorado em Educação (Psicologia da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2006). Professora de Psicologia Social na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Bauru/SP. Desenvolve pesquisa e extensão na área de Violência Doméstica contra crianças e adolescentes. Violência contra as mulheres e Violência nas escolas, visando a garantia de direitos humanos e a coibição do uso da violência nas relações sociais.
- **Karina Aparecida Figueiredo** - coordenadora do CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes - e secretária executiva do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes. , SEPN 506, Bloco C, Sala 21, Asa Norte, 70740-530 - Brasília, DF - Brasil.
- **Flávia A. de Oliveira Mundim** - Comissão Nacional de Direitos Humanos da Polícia Rodoviária Federal - Email: direitoshumanos@prf.gov.br
- **Benedito Medrado** - Doutor em psicologia social pela PUC-SP, é professor do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFPE, onde coordena o Núcleo Feminista de Pesquisas sobre Gênero e Masculinidades (Gema/UFPE). É um dos fundadores do Instituto PAPAI, ONG que atua com homens, em temas relativos à saúde, sexualidade e reprodução.
- **Helen Barbosa dos Santos** - Psicóloga e pesquisadora no Núcleo de Estudos em Relações de Gênero e Sexualidade da UFRGS. Foi consultora Unesco para Política Estadual de Atenção Integral à Saúde do Homem entre os anos de 2013 e 2016. Discente do curso de doutorado do PPGPSI na UFRGS (Rua Ramiro Barcelos, 2600 - Térreo.
- **Jane Felipe de Souza** - Psicóloga que integra o GEERGE - Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero - vinculado à linha de pesquisa Educação, Sexualidade

e Relações de Gênero, do PPGEDU/FACED/UFRGS, bem como é fundadora e coordenadora do GEIN - Grupo de Estudos em Educação Infantil e Infâncias, da mesma instituição. Atua com os seguintes temas: infâncias, scripts de gênero, sexualidade, educação infantil, educação sexual na escola, pedofilia e pedofilização como prática social contemporânea. Docente da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Endereço: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Departamento de Estudos Especializados. Av Paulo Gama, s/n (Prédio 12201) Farroupilha 90040069 - Porto Alegre, RS - Brasil.

- **Conselho Tutelar de Bauru:** Conselho Tutelar I (Rua Alfredo Maia, 01-10)- tel (14) 3227-3499 Conselho Tutelar II (Rua Silva Jardim, 2-77, 2º andar) - tel (14) 3227-3339 / (14) 99151-8179. E-mail: conselhotutelar@bauru.sp.gov.br
<http://hotsite.bauru.sp.gov.br/conselhotutelar/>
- **José Milagre** - Perito em informática, perito digital, advogado direito digital.
<http://josemilagre.com.br/>
- **OAB BAURU** - Segurança pública – Alessandro Carrenho
- Polícia Rodoviária Federal - imprensa@prf.gov.br

Sugestões de Perguntas

1. Como a sociedade colabora para a manutenção da exploração sexual de menores?
2. Existe prostituição infantil?
3. Qual é o perfil de crianças exploradas no Brasil?
4. Quais são as dificuldades de fiscalização desse tipo de crime?
5. Qual é o papel da pornografia nesse tema?
6. Como a exploração sexual de crianças e adolescentes ocorre no Brasil?
7. Quais as principais formas de exploração no Brasil?
8. Qual é o perfil de pessoas que exploram sexualmente essas crianças e consomem pornografia infantil? Todos são considerados pedófilos?

● **Cobertura**

- **Macroambiental:** explicar como esse é um problema global, principalmente no que diz respeito à produção e consumo de pornografia infantil ou ainda produtos pornográficos que buscam uma semelhança com o mundo infantil ou da adolescência.
- **Ambiental:** Quantidade de casos, legislação, papel do Estado, processo

judicial, ônus de prova de exploração sexual no Brasil. ○ Microambiental: casos na região de Bauru que chegaram à mídia. ○ Nanoambiental: caso de personagens de Bauru (tentar indicação com fontes oficiais).
Recursos Visuais A reportagem contará com textos escritos, infográficos, mapas, ilustrações e, se possível, fotografias.
Documentação ● MAPEAR - Mapeamento dos Pontos Vulneráveis à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Federais Brasileiras. https://www.prpf.gov.br/agencia/wp-content/uploads/2018/05/Projeto-Mapear.pdf ● VIVA 2013/2014 (publicado em 2017) http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/viva_vigilancia_violencia_acidentes_2013_2014.pdf ● Relatório de Monitoramento de País sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes http://www.ecpat.org/wp-content/uploads/legacy/CMR_BRAZIL_FINAL.pdf ● Protocolo da UNICEF relativo a venda de crianças, prostituição infantil e pornografia infantil https://www.unicef-irc.org/publications/pdf/optional_protocol_por.pdf ● Relatórios da Childhood Brasil http://www.childhood.org.br/numeros-da-causa ● Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos ● Dados da Secretaria de Direitos Humanos - Disque 100 ● Safernet - http://indicadores.safernet.org.br/

Pauta 3

Pauteiro: Gabriella Soares e Maria Clara Novais	Repórter: Gabriella Soares e Maria Clara Novais	Data: 18/09/2018	Retranca: Política de saúde mental brasileira
---	---	----------------------------	---

Tema Luta antimanicomial e a situação da saúde mental atualmente no Brasil.
Histórico/ Sinopse O Movimento Antimanicomial tem o dia 18 de maio como data de comemoração no calendário nacional brasileiro. Esta data remete ao Encontro dos Trabalhadores da Saúde Mental, ocorrido em 1987, na cidade de Bauru, no estado de São Paulo, que reuniu mais de 350 trabalhadores na área de saúde mental.

Na sua origem, esse movimento está ligado à *Reforma Sanitária Brasileira* da qual resultou a criação do Sistema Único de Saúde - (SUS); está ligado também à experiência de desinstitucionalização da Psiquiatria desenvolvidas em Gorizia e em Trieste, na Itália, por Franco Basaglia nos anos 60.

Como processo decorrente deste movimento, temos a Reforma Psiquiátrica, definida pela Lei 10216 de 2001 (Lei Paulo Delgado) como diretriz de reformulação do modelo de Atenção à Saúde Mental, transferido o foco do tratamento que se concentrava na instituição hospitalar, para uma Rede de Atenção Psicossocial, estruturada em unidades de serviços comunitários e abertos.

Encaminhamento/ Enfoque

Histórico da Luta Antimanicomial e o porquê dessa causa, abordando também quais são os estigmas que pessoas com doenças mentais sofrem, com foco na importância da cidade de Bauru para a causa. Dois pontos importantes para a reportagem serão as crianças e adolescentes e as pessoas em situação de rua. Buscaremos abordar como esses grupos são tratados em instituições psicológicas, historicamente e atualmente.

No encaminhamento também será abordado como a nova Reforma Psiquiátrica, realizada em 2017, se relaciona com a Luta Antimanicomial iniciada ainda no século XX. E também tentará mostrar como as novas normas podem influenciar o tratamento psicológico no país.

Fontes

Conselho Municipal de Saúde - Bauru

Endereço: R. Gerson França, 7-49

Telefone: (14) 3222-7144

Flávia Blikstein

Mestre em psicologia. Tem experiência em Psicologia com ênfase em Psicologia Social e atuação, principalmente, nos seguintes campos: saúde mental, saúde pública, clínica e Direitos da Infância e da adolescência. Docente nos cursos de Direito e de Psicologia.

Walter Ferreira Oliveira

Doutor em Philosophy, Social and Philosophical Foundations of Education Program – University of Minnesota. É líder do Grupo de Pesquisas em Políticas de Saúde / Saúde Mental (GPPS) e seus temas de maior interesse são saúde mental coletiva e atenção psicossocial, arte, expressão e saúde, promoção e educação de saúde, metodologias qualitativas, educação social, políticas, planejamento e gestão em saúde.

Email: walter.oliveira@ufsc.br

Paulo Amarante - ABRASME

Psicólogo doutor em saúde pública. Tem título de especialista em Psiquiatria pela Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP). Fundador do primeiro Curso Básico de Acompanhamento Domiciliar em Saúde Mental (Fiocruz) e da primeira Residência Multiprofissional em Saúde Mental (convênio IPP/MS com ENSP/Fiocruz). Atualmente é Professor e Pesquisador Titular da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz, onde é coordenador e líder do Grupo de Pesquisas "Laboratório de Estudos e Pesquisas em Saúde Mental e Atenção Psicossocial" (LAPS) do CNPq.

Michele Kamers

Psicanalista, possui graduação em Psicologia e mestrado em Psicologia e Educação na Faculdade de Educação da USP - FEUSP. Coordenadora e professora dos cursos de pós-graduação em Psicologia hospitalar e da saúde e Psicopatologia da Infância e da Adolescência do Hospital Santa Catarina de Blumenau. Doutoranda no Instituto de Psicologia da USP-SP e autora de artigos na área da psicanálise, saúde e educação.

ABRASCO - Associação Brasileira de Saúde Coletiva

Email: comunica@abrasco.org.br ou brunodias@abrasco.org.br (assessor de imprensa) ou abrasco@abrasco.org.br

Telefone: (21) 2560-8699

Eliane Maria Monteiro da Fonte

Possui graduação em Pedagogia (1975) e Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (1980), Doutorado em Social Policy and Administration (Sociologia) pela London School of Economics and Political Science (Lse) - University of London (1998) e Pós-doutorado em Sociologia realizado na Universität Hamburg - Alemanha (2006). Atualmente é Professora Associada 4 do Departamento de Sociologia e Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco.

Mauro Junqueira - presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS)

Defendeu a nova Reforma, de 2017.

Telefone 1: (35) 3334-1689 (MG)

Telefone 2: (35) 9840-22322

E-mail institucional 1: saudecarmodeminas@yahoo.com.br

E-mail institucional 2: maurojunqueira@yahoo.com.br

Vera Rodrigues (CAPS)

Responsável por saúde mental em Bauru (14) 31041474 verarodrigues@bauru.sp.gov.br Orlene Daré - organizou a Semana da Luta Antimanicomial de 2017 em Bauru
Sugestões de Perguntas 1. O que é a Luta Antimanicomial e como ela se desenvolveu no país? 2. As mudanças na Reforma Psiquiátrica, realizadas no final de 2017, é vista de que forma pela ABRASME? O que muda? 3. Qual a importância da lei Paulo Delgado para a área? 4. Qual é a importância de Bauru para a causa do tratamento humanizado? 5. Historicamente, como o Brasil tratou pessoas com doenças mentais? 6. Por que manicômios são considerados um problema tão grave para o tratamento mental? 7. Qual a importância do CAPS para o tratamento? Como ele se diferencia de hospitais psiquiátricos ou comunidades terapêuticas? 8. Como a saúde mental tratou e trata populações marginalizadas, como a de moradores de rua? E qual seria a melhor forma de abordar essas pessoas? 9. Em relação ao tratamento de crianças e adolescentes que apresentam algum distúrbio ou doença mental, qual é o procedimento adequado? 10. Existe uma medicalização da vida? Ou ainda uma prescrição e uso indiscriminado de remédios para tratar o que as pessoas julgam ser um transtorno mental?
● Cobertura ● Macroambiental: Como o tratamento de saúde mental é tratado mundialmente, explicando quais são as práticas adotadas e defendidas, no que diz respeito, inclusive, aos Direitos Humanos. Além de fazer um histórico da luta antimanicomial no mundo. ● Ambiental: Como era e é a situação do Brasil em relação ao tratamento dos pacientes; quais são as práticas e o que se alterou com a Reforma Psiquiátrica originada do Movimento Antimanicomial e a mais recente em 2017. ● Microambiental: Qual o histórico do estado de São Paulo em relação ao tratamento de saúde mental; números de pessoas que morreram em manicômios e número de pessoas internadas atualmente em comunidades terapêuticas. ● Nanoambiental: O papel da cidade de Bauru em relação à Luta Antimanicomial e o histórico da cidade na defesa de um tratamento que respeite os Direitos Humanos.
Recursos Visuais A reportagem contará com textos escritos, infográficos e fotografias.
Documentação https://www.abrasco.org.br/site/outras-noticias/opiniao/carta_abrasme_segunda-reforma-

[psiquiatria/32662/](#)

https://brasil.elpais.com/brasil/2014/03/17/opinion/1395072236_094434.html

<http://www.politize.com.br/luta-antimanicomial-o-que-e/>

https://www.vice.com/pt_br/article/avpx78/o-brasil-trocou-os-manicomios-pelos-remedios-psiquiatricos

http://www.mhinnovation.net/sites/default/files/downloads/innovation/reports/Report_12-edicao-do-Saude-Mental-em-Dados.pdf

<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Relat%C3%B3rio-da-Inspe%C3%A7%C3%A3o-Nacional-em-Comunidades-Terap%C3%Aauticas.pdf>

<https://www.nexojornal.com.br/reportagem/2016/10/30/Manic%C3%B4mios-por-que-eles-ainda-s%C3%A3o-um-problema-no-Brasil>

<http://www.revistas.usp.br/estic/article/view/59466>

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/12/1942890-nova-politica-de-saude-mental-dara-sobrevida-a-hospitais-psiquiatricos.shtml>

https://www.abrasco.org.br/site/outras-noticias/opinioao/carta_abrasme_segunda-reforma-psiquiatria/32662/

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-12/comissao-aprova-mudancas-na-politica-de-saude-mental-conselhos-protestam>

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-12/comissao-vota-mudancas-na-politica-de-saude-mental-entidades-criticam>

Pauta 4

Pauteiro: Gabriella Soares e Maria Clara Novais	Repórter: Gabriella Soares e Maria Clara Novais	Data: 05/10/2018	Retranca: Relatos - Tratamento de saúde mental
---	---	----------------------------	--

Tema

Luta antimanicomial e relatos.

Histórico/ Sinopse

O Movimento Antimanicomial tem o dia 18 de maio como data de comemoração no calendário nacional brasileiro. Esta data remete ao Encontro dos Trabalhadores da Saúde Mental, ocorrido em 1987, na cidade de Bauru, no estado de São Paulo, que reuniu mais de 350 trabalhadores na área de saúde mental.

O Município de Bauru assumiu desde 1988 o cuidado com de transtornos mentais graves, criando um dos primeiros serviços substitutivos à internação psiquiátrica do país, o NAPS (Núcleo de Apoio Psicossocial). Após a promulgação da Lei da Reforma Psiquiátrica Brasileira em 2002, Bauru, respeitando o previsto, ampliou o atendimento na rede de saúde mental. Foram criados os serviços substitutivos: o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS I - para adultos com transtornos mentais graves), o Centro Atenção Psicossocial Infanto Juvenil (CAPS inf) e o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas (CAPS ad), além do credenciamento do Ambulatório Municipal de Saúde Mental (AMSM), para acolhimento de pacientes estáveis do antigo NAPS e usuários do Ambulatório Regional de Saúde Mental do Estado (ARMS).

Em 2005, após o fechamento do último hospital psiquiátrico da cidade, foi implantado o Serviço de Residências Terapêuticas (SRT) atendendo pacientes moradores de longa permanência em estrutura manicomial. Hoje, esses pacientes estão inseridos na comunidade local no dispositivo Residência Terapêutica.

Encaminhamento/ Enfoque

Contar a história de pessoas que passaram pelo sistema de saúde mental, seja como funcionário ou como paciente. Focar naquilo que eles testemunharam ou passaram e quais foram os efeitos disso em suas vidas.

Fontes

Conselho Municipal de Saúde - Bauru

Endereço: R. Gerson França, 7-49

Telefone: (14) 3222-7144

Nercinda Claesminda Heiderich:

Mãe da Ana Carolina Cordovil Heiderich, que morreu durante tratamento psiquiátrico em uma clínica.

Vera Rodrigues (CAPS)

Responsável por saúde mental

(14) 31041474

verarodrigues@bauru.sp.gov.br

Sugestões de Perguntas

1. O que te levou a ser internada em um hospital psiquiátrico?
2. Quanto tempo você ficou nesse local?
3. Como era o dia a dia dentro de um hospital psiquiátrico?
4. Você ainda tinha contato com a sua família? Você mantém contato atualmente?
5. Você tomava medicamentos? Consegue lembrar quais?

6. Qual é a importância de Bauru para a causa do tratamento humanizado? 7. Por que manicômios são considerados um problema tão grave para o tratamento mental? 8. Qual a importância do CAPS para o tratamento? Como ele se diferencia de hospitais psiquiátricos ou comunidades terapêuticas?
● Cobertura ● Ambiental: Como era e é a situação do Brasil em relação ao tratamento dos pacientes; quais são as práticas e o que se alterou com a Reforma Psiquiátrica originada do Movimento Antimanicomial. ● Microambiental: Qual a situação do estado de São Paulo em relação ao tratamento de saúde mental e número de pessoas internadas atualmente em residências terapêuticas. ● Nanoambiental: O papel da cidade de Bauru em relação à Luta Antimanicomial e relatos de pessoas que viveram o dia a dia de hospitais psiquiátricos da cidade de Bauru.
Recursos Visuais A reportagem contará com textos escritos, infográficos, fotografias e vídeo.
Documentação https://brasil.elpais.com/brasil/2014/03/17/opinion/1395072236_094434.html http://www.politize.com.br/luta-antimanicomial-o-que-e/ https://www.vice.com/pt_br/article/avpx78/o-brasil-trocou-os-manicomios-pelos-remedios-psiquiatricos

Pauta 5

Pauteiro: Gabriella Soares e Maria Clara Novais	Repórter: Gabriella Soares e Maria Clara Novais	Data: 20/11/2018	Retranca: O aborto no Brasil
Tema As consequências psicológicas do aborto para as mulheres.			
Histórico/ Sinopse No Brasil, o aborto é permitido em somente em gravidez resultante de estupro, em casos de risco de vida para a gestante e em anencefalia fetal. Ainda assim, o tema gera grande			

polêmica na sociedade e nas classes políticas. A luta de movimentos sociais para a legalização do aborto e para que este seja considerado uma questão de saúde pública encontra dificuldades em avançar por questões morais e religiosas que são muito fortes na sociedade brasileira, que também estão muito presentes no cenário político.

Segundo o Ministério da Saúde, é a terceira causa de mortalidade da mulher, apesar de o país ter uma das maiores coberturas de métodos contraceptivos no mundo: 269 milhões de contraceptivos foram entregues à população nos últimos 17 anos. Esta cobertura, inclusive, fez a taxa de fecundidade nacional cair em 2017: 1,67% filho por mulher de 15 a 49 anos, abaixo da taxa de reposição recomendada pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Casos de aborto inseguro geram, ainda, uma sobrecarga para o Sistema Único de Saúde (SUS), com 250 mil hospitalizações por ano, das quais 15 mil complicações graves e 5 mil extremamente graves. O resultado é uma morte a cada dois dias.

No Brasil, a Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que 31% dos casos de gravidez terminam em abortamento (quase três em cada dez mulheres grávidas abortam). As estimativas do Ministério da Saúde mostram que, todos os anos, ocorrem cerca de 1,4 milhão de abortamentos espontâneos ou inseguros, com uma taxa de 3,7 abortos para 100 mulheres de 15 a 49 anos.

O alto número de abortos no país indica uma ineficiência da criminalização da prática e também o uso de meios alternativos para a interrupção. Esse cenário afeta principalmente as mulheres mais pobres da sociedade. Os resultados confiáveis das principais pesquisas sobre aborto no Brasil comprovam que a ilegalidade traz consequências negativas para a saúde das mulheres, pouco coíbe a prática e perpetua a desigualdade social. O risco imposto pela ilegalidade do aborto é majoritariamente vivido pelas mulheres pobres e pelas que não têm acesso aos recursos médicos para o aborto seguro.

Encaminhamento/ Enfoque

Realizar um panorama da questão abortiva no Brasil e a posição do país quando relacionado ao cenário global. Mostrar os impactos na saúde da mulher, principalmente no que diz respeito à saúde mental e as consequências afetivas do aborto. Focar nos relatos e fazer um paralelo com as histórias individuais e o cenário nacional apontado pelas pesquisas relacionadas ao assunto.

Fontes

As fontes testemunhais serão buscadas online e presencialmente por meio de conversas e exposição do tema. Como o aborto é criminalizado no país, as informações das fontes serão

preservadas, inclusive neste documento, como uma forma de proteção da fonte, como consta como um direito das jornalistas.

Débora Diniz, da Universidade de Brasília e do Instituto Anis (Instituto de Bioética) – falou a favor do aborto na audiência do STF em 2018. Antropóloga Brasileira, que desenvolve projetos de pesquisa sobre bioética, feminismo, direitos humanos e saúde.

Arielle Sagrillo Scarpatti: Psicóloga, Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo e doutoranda em Psicologia Forense pela University of Kent (Canterbury, Inglaterra). Tem experiência de atuação nas áreas social e jurídica, pesquisando principalmente a respeito de violência sexual contra a mulher, gênero, honra a mitos de estupro.

Rogério Giannini

Presidente do CFP (Conselho Federal de Psicologia)

Nem Presa Nem Morta: movimento pela luta do aborto legal no Brasil (fizeram uma animação sobre aborto junto com a Não Me Kahlo)

Facebook: <https://www.facebook.com/nempresanemmorta>

Site: <http://www.nempresanemmorta.bonde.org/>

Movimento Resiste Mulher em Bauru: <https://www.facebook.com/resistemulherbauru/>

Sugestões de Perguntas

1. Quais são os efeitos psicológicos de uma gravidez indesejada?
2. E da proibição legal do aborto? Como isso afeta uma mulher que não gostaria de manter a gravidez?
3. No caso de mulheres que realizaram o aborto, quais seriam os cuidados necessários após? Como essa pessoa pode se sentir emocionalmente?
4. Antes ou após o aborto, é aconselhável ter um acompanhamento psicológico?
5. Quais são os principais motivos para as mulheres abortarem no Brasil?
6. Por que o aborto ser tratado como uma questão de saúde pública é tão importante? E por que há uma resistência tão grande na sociedade brasileira para isso?
7. Qual a importância do debate sobre aborto na sociedade?
8. A proibição do aborto no país vem acompanhado de um tabu e medo de se falar no assunto. Como a falta de pessoas, até da família ou companheiros, com quem falar sobre o assunto, antes e depois do aborto, afeta as mulheres?

● **Cobertura**

- **Macroambiental**: Como a questão do aborto é vista por outros países e quais são as

consequências de se legalizar ou criminalizar o aborto para as mulheres de diferentes locais.

- **Ambiental:** Como é a lei brasileira relacionada ao tema e qual é o efeito das atuais regras para as estatísticas de aborto no país. Além disso, qual é a posição do governo brasileiro em relação a isso e quais são as propostas de diálogo e soluções para a questão abortiva propostas no âmbito federal.
- **Microambiental:** Contar a história de mulheres que já tenham abortado no passado e focar no porquê do aborto, como foi a decisão, quais foram as consequências emocionais, a presença ou apoio da família, do companheiro. Focar na experiência de cada uma delas e buscar relatos diferenciados para garantir uma pluralidade de narrativas.

Recursos Visuais

Infográficos com os dados referentes ao tema e ilustrações, dada a natureza do tema.

Documentação

Dados – Ministério da Saúde: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/livreto.pdf>

Dados - CFP: <https://site.cfp.org.br/tag/aborto/>

<https://azmina.com.br/especiais/o-mito-do-aborto-legal/#profissionais-de-saude-assumem-papel-de-juizes-e-castigam-mulheres-que-abortaram>

https://www.huffpostbrasil.com/2018/07/31/aborto-no-brasil-como-os-numeros-sobre-abortos-legais-e-clandestinos-contribuem-no-debate-da-descriminalizacao_a_23486575/?utm_hp_ref=br-aborto

https://www.huffpostbrasil.com/2018/08/03/uma-mulher-morre-a-cada-2-dias-por-cao-do-aborto-inseguro-diz-ministerio-da-saude_a_23495452/?utm_hp_ref=br-aborto

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/12/04/Qual-o-perfil-das-mulheres-processadas-por-terem-feito-aborto>

http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/31828/1/ARTIGO_PesquisaNacionalAborto2016.pdf

https://www.guttmacher.org/sites/default/files/report_pdf/abortion-worldwide-2017.pdf

Pauta 6

Pauteiro: Gabriella Soares e Maria Clara Novai	Repórter: Gabriella Soares e Maria Clara Novais	Data: 10/01/2019	Retranca: Representantes paulistas
--	---	----------------------------	--

Tema Perfil de representantes do estado de São Paulo nas instâncias representativas do país.
Histórico/ Sinopse Os representantes eleitos no estado de São Paulo passam a atuar na Assembleia Legislativa do Estado e nas instâncias do Congresso Nacional: Câmara dos Deputados e Senado. As proposições de leis podem visar todo o território nacional, o âmbito estadual ou ainda trazer benefícios/consequências mais diretas para o município, o que diz respeito principalmente na Assembleia Legislativa do Estado. Essas possibilidades precisam ser propostas pelos representantes eleitos, sejam os deputados federais ou estaduais, e nesse ponto se vê a importância de os eleitos representarem de uma forma plural os 645 municípios que constituem o estado de São Paulo. Da mesma forma, os 94 deputados estaduais e os 70 deputados federais que representam todo o estado podem, em teoria, apresentar as mais diferentes características que condizem com o público eleitoral que os escolheram, sejam físicas, geográficas ou ideológicas.
Encaminhamento/ Enfoque Levantar os dados biográficos e políticos dos representantes eleitos pelos cidadãos de São Paulo na eleição de 2018. Apontar suas idades, cor, sexo, partido político, qual cidade do estado ele ou ela representa e quais são suas posições em relação aos temas ideológicos que, no momento, movimentam a vida pública brasileira.
Fontes Pauta documental e visual – utilizará como fontes bancos de dados que tragam informações confiáveis sobre os políticos eleitos: Portal da Assembleia Legislativa de São Paulo: https://www.al.sp.gov.br/ Portal da Câmara dos Deputados: www.camara.leg.br/ Tribunal de Justiça de São Paulo: http://www.tjsp.jus.br/ Supremo Tribunal Federal: http://www.stf.jus.br/ Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo: http://www.tre-sp.jus.br/ Supremo Tribunal Eleitoral: http://www.tse.jus.br/
● Cobertura ● Macroambiental: Como o estado de São Paulo, como um todo, é representado nas instâncias de poder legislativo federal. Quem são os deputados federais eleitos e o que eles defendem.

- **Ambiental:** Quem são os representantes eleitos para o cargo de deputados estadual e que irão atuar na assembleia legislativa do estado (Alesp) entre os anos de 2019 e 2022, o que e quem (geograficamente) eles defendem.
- **Microambiental:** Quais são os municípios que tem representação em casa uma das instâncias; há uma representação abrangente de cada cidade ou um monopólio da capital e cidades da região metropolitana?

Recursos Visuais

Uma série de gráficos para representar os dados encontrados de forma a organizar a informação para fácil assimilação e compreensão.

Documentação

<https://cruza.dados.org/>

www2.camara.leg.br/

www2.camara.leg.br/

<https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/candidatos/>

Sites dos partidos

Pauta 7

Pauteiro: Gabriella Soares e Maria Clara Novais	Repórter: Gabriella Soares e Maria Clara Novais	Data: 02/02/2019	Retranca: Situação carcerária brasileira
---	---	----------------------------	--

Tema

O impacto da família na ressocialização de presidiários

Histórico/ Sinopse

A população carcerária brasileira é a terceira maior do mundo e o sistema carcerário do país apresenta diversas problemas estruturais que facilitam o desrespeito aos direitos fundamentais dessa população. E isso ocorre de diversas formas, seja pela ambiente superlotado e insalubre ou ainda pela formas como as relações humanas ocorrem nesse contexto - entre presos, carcereiros e autoridades - e como são afetadas por ele - as pessoas encarceradas e seus entes queridos.

É reconhecido pelos poderes públicos, inclusive pelo Supremo Tribunal Federal (STF)

que o Brasil está cometendo crimes contra os direitos fundamentais do indivíduo e os direitos humanos. Um dos direitos ao qual os presos são privados é o contato com sua família, um elo com a sociedade que pode ser importante até mesmo para a ressocialização da pessoa. Em 2018, o STF concedeu um habeas corpus coletivo a gestantes e mulheres com filhos de até 12 anos que estivessem presas preventivamente. A justificativa é que ao manter essa mulher presa está definindo uma pena também às crianças, já que o afastamento é um peso emocional e pode prejudicar a criação.

No entanto, é notável a disparidade de gênero com a qual a questão familiar e principalmente parental é tratada quando se fala em população carcerária. O impacto na família do pai preso não é levado em conta em decisões judiciais familiares, dessa forma não é posto sobre o homem o dever e direito de participar da criação dos filhos e estar presente no âmbito familiar, seja emocionalmente, estruturalmente na composição da família ou financeiramente.

De diversas formas, o contato com os membros familiares é negado ao presidiário constantemente. Seja pela dificuldade em realizar visitas, pela revista vexatória ou ainda pela distância dos locais de detenção do local de residência do indivíduo. E essa pode se caracterizar como mais uma das falhas do sistema carcerário brasileiro, que pune não apenas quem está preso como também toda a família do presidiário.

Encaminhamento/ Enfoque

Como deveria ser o processo de ressocialização para que a pena realmente recuperasse essa pessoa, o que especifica a lei, o que realmente ocorre nos presídios e como as famílias são ou não envolvidas no processo (interiorização dos presídios acaba afastando as famílias dos presidiários).

Fontes

Associação de Amigos e Familiares de Presos/as (Amparar) -

<https://www.facebook.com/AssociacaoAmparar/>

Mara Fregapani Barreto Diretoria de Políticas Penitenciárias

Coordenadora Geral de Promoção da Cidadania

Telefone: 61 2025-9208

Leonardo Gomes Vieira

Diretor de Políticas Penitenciárias

Telefone: 61 2025-9918/9550

E-mail: dirpp.depen@mj.gov.br

Luiz Carlos de Resende e Santos

Chefe do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário, um órgão do CNJ (Conselho Nacional de Justiça)

Coordenadoria de Imprensa

(61) 2326-5472/5479 - imprensa@cnj.jus.br

Rosângela Pereira da Silva Thenório - presidente da comissão de direitos humanos da OAB - Bauru

Sugestões de Perguntas

- Qual a importância da família para ressocialização de presidiários?
- O que os Direitos Humanos (declaração) define sobre direito à família?
- Qual é o melhor modelo de presídio para ressocialização? O que significa ressocializar uma pessoa?
- Como o sistema carcerário brasileiro se encaixa na lógica de ressocialização?
- Quais os direitos dos presos quanto a visitação de familiares e amigos?
- Quais são as consequências para a família, tanto o cárcere quanto a distância?
- Em relação ao impacto quando o pai ou a mãe de uma criança ou adolescente é preso: qual é o impacto psicológico e social tanto para quem é preso quanto para os filhos?
- Quais as principais dificuldades para visitação? Quanto tempo demora para o preso conseguir a primeira visita? Como funciona a revista? Os horários? Regras para visitação?
- Como funciona o auxílio para famílias de presidiários? Qual o objetivo desse auxílio?
- Por que alguns presos são mantidos em presídios distantes da sua família ou mesmo do distrito no qual cometeu o crime?
- Por que é importante que o preso não seja enviado para cidades distantes das suas em casos em que não é provado que ele tem ligação com organizações criminosas como o PCC?
- Um presidiário pode pedir transferência para um presídio mais próximo da família? Quais as condições e como fazer isso?

● **Cobertura**

- **Macroambiental:** O contexto do sistema carcerário brasileiro, a proposta de ressocialização e como os direitos familiares são tratados na teoria e na prática pelo Estado brasileiro.
- **Ambiental:** A situação dos presídios e das pessoas que estão presas no estado de São Paulo no que diz respeito à localização e contato com a família.
- **Microambiental:** A relação do sistema carcerário com as cidades do interior paulista e

como elas podem influenciar na relação familiar.

- **Nanoambiental:** O impacto dos cenários micro, macro e ambiental nas famílias dos presidiários e nas dinâmicas das relações familiares.

Recursos Visuais

Imagens públicas e de arquivo que demonstrem a situação dos presidiários e suas famílias.

Documentação

Informativo do STF admitindo que o Estado brasileiro desrespeita direitos fundamentais dos presos - <http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo798.htm>

<https://fundodireitoshumanos.org.br/projeto/associacao-de-amigos-e-familiares-de-presos-amparar-sao-paulo/>

Crianças e adolescentes com familiares encarcerados: https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2018/10/Crian%C3%A7as-e-adolescentes-com-familiares-encarcerados_2018.pdf

Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias:
http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf

Encarceramento e monoparentalidade feminina: <http://books.scielo.org/id/vjtsp/pdf/silva-9788579837036-06.pdf>

Pais encarcerados - narrativas de presos sobre a experiência da paternidade na prisão:
<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psico/v47n4/07.pdf>

O impacto da prisão na saúde mental dos presos do Rio de Janeiro:
https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S1413-81232016000702089&script=sci_arttext

<https://www.facebook.com/notes/frente-estadual-pelo-desencarceramento-sp/manifesto-da-frente-estadual-pelo-desencarceramento-de-s%C3%A3o-paulo/2158957441098837/>

<http://ittc.org.br/luta-por-direitos-a-longa-mobilizacao-pelo-fim-da-revista-vexatoria-no-brasil/>

Tortura em tempos de encarceramento em massa: <http://desencarceramento.org.br/wp-content/uploads/2019/01/Tortura-em-tempos-de-encarceramento-em-massa-2018.pdf>

Presos e direitos humanos:

<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/presos/parte1.htm>

A Família do Preso: Efeitos da Punição Sobre a Unidade Familiar:

<https://periodicos.ufrn.br/transgressoes/article/view/6652/5149>

Auxílio reclusão: <http://www.previdencia.gov.br/2018/05/beneficios-auxilio-reclusao-garante-protecao-a-familia-do-segurado-recluso-de-baixa-renda/>

Caso em que o preso conseguiu ser transferido para sua cidade:

<https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/2629040/artigos-do-prof-lfg-preso-direito-de-ficar-proximo-da-familia>

Política de endurecimento das leis para presos de Bolsonaro e relação com a família:

https://www.vice.com/pt_br/article/598v7z/para-familiares-de-detentos-plano-de-bolsonaro-para-o-sistema-prisional-afeta-ressocializacao

Ex-ministro da segurança defende ressocialização:

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/ministro-da-seguranca-defende-importancia-da-ressocializacao-de-presos>

Mães de presos: <https://www12.senado.leg.br/emdiscussao/edicoes/privatizacao-de-presidios/privatizacao-de-presidios/a-visao-social-do-preso> e

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/05/13/maes-de-presos.htm>

Filhos de presos: <http://www.projetovoz.com/?p=620>

Pais presos: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-53712016000400007